



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Mesa coordenada: O direito à educação superior e a mercantilização do ensino superior brasileiro: subsídios para analisar a formação profissional em serviço social na contemporaneidade

“Nem parece banco”: as faces da financeirização da Educação Superior no Brasil

Andréa Araujo do Vale¹

Resumo: O presente trabalho visa explorar e analisar o desenvolvimento do processo de financeirização da educação superior no Brasil. Desde meados dos anos 2000, a educação superior privado-mercantil passa por um processo de financeirização que se articula a dois vetores: os movimentos da financeirização no bojo do capitalismo brasileiro e a particularidade brasileira, em sua conformação histórica do padrão de educação superior no país. O processo de mercantilização, privatização e empresariamento da educação superior brasileira se realizou contando com o fundo público na sua constituição e avança, no período da financeirização, conformando a sustentação de parcela significativa dos lucros destas empresas educacionais. Diante da crise que se reflete mais agudamente sobre o Brasil a partir de 2013/14, as empresas educacionais acionam novas estratégias de conquista/manutenção de mercado: acirramento do processo de concentração e centralização de capital, reforçando a criação de grandes oligopólios empresariais-educacionais, engendramento de um processo de “bancarização” das empresas educacionais, em que estas, por convênios, parcerias ou mesmo *per se*, passam a financiar o estudante com taxas e condições próximas àquelas ofertadas pelo financiamento estatal (FIES), bem como ampliam sua organização para o processo de disputa do fundo público. Pleiteiam ainda possíveis alunos a partir de outras estratégias: mudanças no modelo de oferta de EaD, oferta de cursos técnicos como chamariz, criação de seguros educacionais, “subsídios” para o financiamento privado e a reorganização da Graduação Tecnológica.

Palavras-chave: Financeirização. Mercantilização. Privatização. Empresariamento. Bancarização

Abstract: The present work aims to explore and analyze the development of the process of financialisation of higher education in Brazil. Since the mid-2000s, private-mercantile higher education has undergone a process of financialization that articulates two vectors: the financialization movements in the bosom of Brazilian capitalism and the Brazilian particularity, in its historical conformation of the pattern of higher education in the country. The process of commodification, privatization and entrepreneurship of Brazilian higher education was carried out with the public fund in its constitution and progressed during the period of financialization, forming the support of a significant portion of the profits of these educational companies. Faced with the crisis that is most acutely reflected on Brazil as of 2013/14, educational companies are launching new market conquest / maintenance strategies: intensification of the process of concentration and centralization of capital, reinforcing the creation of large entrepreneurial-educational oligopolies, Generating a process of "banking" of educational enterprises, in which, by agreements, partnerships or even *per se*, they begin to finance the student with rates and conditions close to those offered by state funding (FIES), as well as expand their organization For the dispute of the public fund. They also make possible students from other strategies: changes in the model of EaD offer, offer of technical courses as decoy, creation of educational insurance, "subsides" for private financing and reorganization of the Technological Graduation.

Keywords: Financialization. Mercantilization. Privatization. Entrepreneurship. Banking.

¹ Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ), Professora Adjunta A2 da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF), docente permanente da Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional e pesquisadora da Rede Universitas/Br e do Projeto integrado Políticas da expansão da educação superior no Brasil, coordenado pela Profa. Deise Mancebo e com o apoio OBEDUC/CAPES. E-mail: <ssn@vm.uff.br>.

Introdução

Analisar a problemática do financiamento da educação superior no Brasil hoje exige do pesquisador mais do que habilidade com números, demanda uma habilidade em reconhecer o labirinto de processos em que a promiscuidade entre Estado e empresariado se destaca na pauta do financiamento, indicando um dos caminhos, ao menos, pelo qual se produz a penúria gerencial nas IES públicas e o crescimento avantajado do setor privado, especialmente da parcela privado-mercantil. Esse é o processo que terá centralidade neste artigo. Para tanto, tomar-se-á como ponto de partida a análise dos movimentos mais recentes do setor privado e da política educacional para, de modo breve, mostrar o conjunto das forças em jogo na reconfiguração da educação superior para, em seguida, demonstrar que, diante da *crise* estabelecida em 2014, conjugada com a direção da política educacional assumida depois do Golpe, o setor se posiciona estrategicamente para garantir o acesso ao fundo público e sua sustentação lucrativa em seu novo patamar financeirizado. Examinaremos o documento intitulado **As aspirações da classe “c” em relação ao ensino superior**, de autoria do Fórum das Entidades Representativas do Setor Privado, de 2016. Para finalizar, apresentaremos, na prática, o desdobramento dessas propostas.

Introdução: o setor privado de novo tipo: oligopólios educacionais, financeirização e fundo público

Em meados dos anos 2000, o processo de privatização, mercantilização e empresariamento da Educação Superior brasileira entra em um novo patamar marcado por distintos processos que, entretanto, se entrecruzam: a centralização e a concentração de capital, a oligopolização mercantil e educacional daí decorrente, forjada pela formação de grandes conglomerados educacionais, a abertura de capital na Bolsa de Valores de diversas empresas educacionais, com larga presença de fundo público lastreando boa parte dessas instituições. No setor público, um processo de expansão via precarização cuja realidade nos atinge em cheio a partir de 2014, reverberando nas IES sob a forma ainda maior de precarização das condições de trabalho e existência expressas de maneira particularmente cruel na condição dos trabalhadores terceirizados.

Concentrando-nos, no âmbito desse artigo, no setor privado e, mais especificamente, no segmento privado-mercantil, examinaremos o quadro composto

nesta última década para, em seguida, analisarmos as estratégias do setor, especialmente de sua fração privado-mercantil e suas respostas em relação à crise do capitalismo brasileiro, instalado desde 2013-2014. Todavia, faz-se mister explorar alguns conceitos e análises do papel e da natureza do Estado e dos processos que ele medeia.

A escola derivacionista de reflexão sobre o Estado traz algumas reflexões importantes para o exame da natureza do estado contemporâneo. Partindo da ideia de que a forma política deriva da forma mercadoria:

O avanço na compreensão do Estado e da política, na atualidade, se faz, necessariamente, superando todas as mistificações teóricas que ainda se limitam apenas a definições jurídicas ou metafísicas como a de que o Estado é o bem comum ou legítimo. Mas também não são suficientes as teorias políticas parcialmente críticas, como as de Weber ou de Foucault, que não alcançam o Estado nas estruturas da totalidade social capitalista. Tampouco são suficientes as teorias que separam o Estado e a política do todo, procedendo a uma profunda analítica interna que não consegue vislumbrar suas causas exteriores. Nesse sentido, os fundamentos políticos liberais, as quantificações empíricas da ciência política e mesmo as teorias políticas analíticas, sistêmicas e funcionalistas, se se apegam ao estudo de concretudes políticas e seus padrões, não o fazem para buscar a fundo suas raízes históricas, estruturas e antagonismos. Tampouco leituras políticas neoinstitucionalistas dão conta de entender a dinâmica total da reprodução social e de suas contradições, na medida de um fechamento analítico que torna seu objeto de estudo asséptico e irreal [...] A compreensão do Estado só pode se fundar na crítica da economia política capitalista, lastreada necessariamente na totalidade social. Não na ideologia do bem comum ou da ordem nem do louvor ao dado, mas no seio das explorações, das dominações e das crises da reprodução do capital é que se vislumbra a verdade da política (MASCARO, 2014, p. 171-174).

A partir dessa análise, compreende-se que o campo da política e, portanto, da política educacional não pode ser entendido ou explicado sem a compreensão do Estado como polo de mediação do interesse mercantil e privado, decalcado da forma mercadoria. No caso expresso aqui, é o Estado o operador fundamental das ações/inações jurídico-políticas que dão lastro ao movimento do capital no mercado educacional no sentido da privatização, mercantilização e empresariamento da educação superior, em um novo e talvez inédito patamar que o Brasil tem experimentado.

Para tanto, é preciso entender a natureza dos distintos processos ora elencados, e que tomam forma conjugada, embora sejam qualitativamente distintos. O que significa privatizar? O que é o privado? A primeira confusão se explicita pela confusão entre público e estatal. Em segundo lugar, no pensamento liberal, a primazia do privado sobre o público, à medida que este está a serviço do primeiro. Estes são importantes pontos do pensamento liberal e que expressam os interesses da burguesia de maneira muito clara, sendo manejados historicamente para a salvaguarda do capitalismo. Ao se pensar o

Estado, a partir de Marx e Engels, a complexidade dessa categorização aparece em sua clareza. A primeira postulação importante dos autores é a crítica da noção de que o Estado é produto de um pacto ou contrato (crítica aos jusnaturalistas), mas a expressão, condensação e condição de reprodução das relações sociais de produção, ou seja, do modo como se colocam as classes sociais na produção material da vida. Neste sentido, o Estado é produto de certa relação entre as classes e tem como papel fundamental as reproduzir. Neste sentido, o Estado capitalista se transveste de guardião do público, mas é executor e protetor dos interesses comuns de uma classe particular do modo de produção capitalista. Neste sentido, pode-se afirmar não apenas que Estado não se confunde com o público em sua totalidade, mas que público é aquilo que, em determinada correlação de forças entre as classes, pode-se construir como esfera do bem comum e/ou do interesse comum, mediatizado ou não pelo Estado e que, quando o é, é subsumido ao mercantil.

Assim, na nossa interpretação, podemos entender a privatização como todo processo que toma aquilo que comum em lócus de realização de interesses particulares, aberta ou mascaradamente. Nesse sentido, a privatização é um traço constitutivo da educação superior brasileira e que se realiza de modos distintos em épocas distintas, mas, no limite, remetem ao mesmo movimento: tornar espaço de realização de interesses particulares aquilo que era espaço de realização – ainda que mutilado e nos marcos da ordem burguesa – daquilo que é interesse comum. Por isso podemos falar, por exemplo, da privatização interna das universidades públicas (estatais), expressa tanto na particularização de espaços comuns, na utilização das instalações para benefícios particulares, como o caso das Parcerias Público-Privadas, especialmente quando envolvem direitos autorais e patentes, apenas para citar alguns exemplos.

Entende-se por mercantilização não apenas a simples venda de qualquer mercadoria, mas a organização da vida social para a produção e para a venda de mercadorias. Não se pode pensar no capitalismo como modo de produção apenas no “nível econômico”, mas como um modo total de produção da vida. Isso significa que um dos vetores inerentes ao capitalismo é a mercantilização da totalidade da vida – desde as relações, o patrimônio genético, apenas para citar alguns casos. Assim entendida, a mercantilização da educação superior não se expressa apenas pela venda da educação-mercadoria, mas pela mercantilização do conhecimento produzido nas universidades, ainda que públicas, pela mercantilização dos espaços universitários, todas expressas no novo arcabouço jurídico-político presente na Lei de Inovação Tecnológica, na Lei das

PPP's ou mesmo na expansão do setor privado de caráter abertamente mercantil, bem como nas relações estabelecidas nessa nova configuração do espaço educacional. Deste modo, a venda da educação como mercadoria, ou da educação-mercadoria, na leitura proposta por Rodrigues (2008) apresenta-se como algo previsível de acordo com este vetor. Assim, ocupar este espaço de maneira mercantilizada, acompanhando as distintas fases do capitalismo e seus rebatimentos nas formações econômico-sociais, é parte de uma necessidade vital para o sociometabolismo do capital: encontrar espaços de lucratividade, ou seja, espaço em que a vida possa se organizar de modo mercantil. Nesse sentido, precisamos abrir a distinção entre privado e privado-mercantil para nos dirigirmos diretamente a este segmento. Este ciclo de mercantilização inaugurado nos anos 1990 se acirra, mas de modo diferenciado na primeira década do século XXI. No campo das IES públicas, cada vez mais se amplia a venda de serviços – caso dos cursos de pós-graduação (especializações/MBA) pagos, agora legalizados -, mas, também, por um modelo de venda da educação mercadoria em novo patamar: trata-se da formação de grandes conglomerados educacionais, com capital aberto e presença de capital internacional. Estes conglomerados educacionais representam um processo de centralização e concentração de capital, mas também de oligopolização educacional/institucional em curso significativo e perigoso, levando a mercantilização da educação superior a um novo patamar: a presença do capital financeiro altera o grau e a natureza da mercantilização educacional *tout court*, de modo que ainda é preciso explorar. Uma dessas transformações é aquela que corresponde ao conceito de empresariamento da educação superior.

Elemento talvez menos explorado no tratamento do tema, o empresariamento da educação superior tem muitas faces. Neves (2002) define que tal processo se realiza pelo reordenamento do aparato científico e tecnológico brasileiro construído desde os anos de desenvolvimentismo, com o sucateamento das universidades públicas em múltiplos aspectos, como a correspondente precarização das condições do trabalho docente, por exemplo, e da emergência de um lucrativo setor privado de ensino superior, comandado por uma nova burguesia de serviços educacionais. Entretanto, faz-se mister ir além dessa definição, na medida em que ela se confunde demasiadamente com a mercantilização.

Empresariar implica dar a uma iniciativa, organização ou instituição uma organização empresarial, ou seja, uma administração que responda ao pressuposto empresarial de diminuir custo e aumentar a produtividade dessa organização, tornando-a

lucrativa ou “otimizada”. Neste sentido, o pensamento e a prática empresarial trabalham no sentido de extrair uma performance sempre ótima de seus componentes – pessoas, material ou maquinaria. Para tanto, o empresariamento precisa de uma matriz de pensamento capaz de impor e/ou seduzir os componentes. O pensamento gerencial tem essa função. O gerencialismo e a governança corporativa aparecem como ideologias do empresariamento. Este comparece remodelando as instituições, independentemente de sua natureza jurídica, implicando aquilo que chamam de otimização de recursos, trabalhando inclusive com outro vocabulário que busca escamotear a relação capital/Estado – trabalho. Neste sentido, empresariar é dotar as instituições educacionais de outros modelos de gestão, provenientes do setor privado e das escolas de negócios, capitaneando-a por princípios que se sobrepõem aos educacionais, modificando-os mesmo. Assim, nas IES públicas, o empresariamento se revela nos princípios privados de gestão, que fingem um caráter democrático, escamoteando todos os processos autoritários – sempre que possível; revela na mudança da cultura das instituições, agora demarcada por ranqueamentos, competitividade, performatividade, aspectos estes que atravessam o trabalho docente na graduação e na pós-graduação; concentração das decisões estratégicas e distribuição de metas e tarefas às pontas da gestão, isso apenas para citar alguns.

No caso das IES privadas, significa a adoção de práticas de gestão agressivas, baseadas na contratação de consultorias de negócios que impõem processos de enxugamento brutais, mudanças nos modelos pedagógicos para que se tornem mais atraente aos clientes-alunos, dentre outros aspectos. Em alguns casos, implica mesmo uma mudança radical na gestão, com a ascensão de um grupo de gestores com a missão de modificar completamente o funcionamento administrativo e pedagógico da IES.

Desenvolvimento: o Documento do Fórum em análise

O documento é iniciado pela declaração de que o ciclo de expansão recente iniciou-se a partir de 1996, sempre impulsionado por *Políticas Públicas*. Dessas, são destacadas: a LDB/96, por impulsionar a oferta do ensino superior privado; em 2003-2005, a criação dos primeiros cursos de graduação tecnológica (mais curtos) e na modalidade a distância (atingem um público mais velho); 2005, a criação do PROUNI, que criou vagas “gratuitas” nas instituições de ensino superior privadas destinadas a

peças menos favorecidas, que estudaram na rede pública do ensino básico e apresentam renda até 1,5 salário mínimo; em 2010, o novo FIES: “O novo Fies atingiu em cheio os jovens da classe “C” e o crescimento foi exponencial, passando de **76 mil novos alunos** financiados em **2010** para **732 mil** em **2014**” (FÓRUM DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO, 2016, p. 2, **grifos nossos**).

Segundo o Fórum, a crise de 2015 deixou um grande contingente de possíveis alunos fora do FIES, que teria sido afetado imensamente pela crise, e sem acesso à educação superior, o que impediria, no limite, ao cumprimento das metas do PNE. Claro que o que não se discute é o modo como as metas e, especialmente, as estratégias do PNE foram hegemônicas pelo setor privado-mercantil. De acordo com o documento, o novo público que havia acessado a educação superior a partir do novo FIES (2010) ficaria, de 2015 em diante fora do acesso superior, especialmente a classe C, sem a qual as metas do PNE não seriam passíveis de cumprimento. De fato, o número de novos contratos do FIES caiu muito entre 2014 e 2015. Enquanto, em 2014, havia um total de 731.700 novos contratos, em 2015 esse número foi de 287.400 novos contratos. Em termos de gastos por ano, todavia, entre 2014 e 2015, houve aumento de R\$13,700 bilhões de reais para R\$ 14,200 bilhões. Se incluirmos 2016, o gasto permanece em R\$ 13 bilhões, não significando, portanto, significativamente redução.

Diante de tal discurso, o Sindicato das Entidades Mantenedoras - Semesp – “realizou uma pesquisa em parceria com o Instituto Data Popular²”. Cabe ressaltar que tal instituto, apresentado como especializado em pesquisa com as classes C, D e E, traz

² Segundo o próprio instituto, “O instituto nasceu como um departamento de pesquisa dentro de uma agência de propaganda: a Popular Comunicação. Corria o ano de 2001 e o poder de consumo das classes CDE, turbinado pelo Plano Real, tinha entrado no radar de profissionais de marketing que estavam enxergando o mercado com outros olhos. Existia um novo brasileiro consumindo, além das classes AB 25+. No âmbito internacional, o banco Goldman Sachs acabava de inventar a sigla BRIC para designar os países emergentes que eram as grandes apostas na época: Brasil, Rússia, Índia e China.

Quando surgiu no mercado, a Popular Comunicação era formada pelos sócios: Bá Assumpção João Augusto Palhares Neto, Wagner Sarnelli e Pública Comunicações (André Torreta e Elcio Mouco).

O departamento de pesquisa, que em setembro de 2002 se transformou no instituto Data Popular, foi idealizado e estruturado pelo Palhares, que até hoje continua como sócio-diretor (DATA POPULAR, 2017) Acesso em: 24 abr. 2017. Tem como membros do Conselho Consultivo: Glauco Arbix Presidiu o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2003–06), coordenou o Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (NAE, 2003-06), José Roberto Tambasco (Atualmente, ocupa a presidência da Swift Brasil desde agosto de 2016), Ricardo Guimarães (É membro do Conselho da FNQ – Fundação Nacional da Qualidade), Juliano Seabra (Atualmente, é o Diretor Geral da Endeavor, no Brasil, desde 2013. Há 8 anos nessa organização, Juliano é um apaixonado por empreendedorismo e inovação, desde 2002, quando fez o start-up da unidade de educação empreendedora do Senac – São Paulo, hoje uma das referências no país), Marcelo Sant’Iago (presidiu o IAB Brasil por duas gestões consecutivas, entre 2002 e 2006.). Como clientes: Allianz, AMBEV, Carrefour, Coca-Cola, Globo, entre outros.

dados a partir de pesquisas de opinião para o documento relatado. Assim, fazem o seguinte recorte de procedimento metodológico (não justificado no documento): “A pesquisa realizou 800 entrevistas com pessoas da classe “C”³ que concluíram o ensino médio, divididas em dois grupos: formados há até dois anos e formados há mais de dois no ensino médio”.

Depois de realizar quatro grupos focais, foram efetivadas as entrevistas de campo. “Para formação da amostra de campo, foi perguntado se o entrevistado tinha ensino médio completo e se tinha o anseio de ingressar no ensino superior. Só foram considerados aqueles que afirmaram querer ingressar no ensino superior” (FÓRUM DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO, 2016).

Os resultados foram os seguintes: tanto entre o grupo até 24 anos (50% dos entrevistados) como aquele com mais de 24 anos (45% dos entrevistados) já não esperaria contar com o FIES para ingressar na educação superior⁴. Quanto a ingressar na Universidade pública, 43% dos entrevistados com menos de 24 anos esperam ingressar em uma universidade pública (vejam que o número não é irrelevante), enquanto este percentual é de 37% entre aqueles com mais de 24 anos (número também não desprezível). Interessante é que o documento pontifica, sem a apresentação de nenhuma evidência, que quase 100% destes entrevistados não ingressarão nas universidades públicas por conta de uma base escolar deficiente.

Sobre, portanto, o modo de pagamento das mensalidades – uma vez que as IES públicas estariam descartadas -, 63% dos menores de 24 anos e 69% dos maiores de 24 anos não teriam nenhum plano para pagamento das mensalidades escolares para ingressar no ensino superior. Neste caso, apenas 3% dos entrevistados com menos de 24 anos estariam dispostos a realizar um financiamento privado e 4% com mais de 24 anos também teriam esta disposição. Segundo o documento:

Além do medo do endividamento e das altas taxas de juros, ficou claro nos *focus groups* que o receio de ter o financiamento negado pela avaliação de crédito já é quase um bloqueio a esse tipo de financiamento. **Estar exposto ao risco de ser reprovado na avaliação de crédito tem efeito sobre a autoestima dos alunos da classe “C” que recusam esta modalidade mesmo antes de tentar a sua aprovação** (FÓRUM DAS ENTIDADES

³ Segundo o documento: “Conforme critérios do Instituto Data Popular, a faixa que define a classe “C” varia de R\$ 388,81 a R\$ 1.361,93 de renda per capita, ou de R\$ 1.806,57 a R\$ 3.463,03 de renda familiar. O percentual da população que se enquadra nessas faixas de renda é superior a 50%.”

⁴ Há ainda uma manipulação no modo de apresentar os dados presentes no documento, uma inversão discursiva entre a explicação e a exposição dos números que leva a pensar que o número do que é afirmado é maior do que, de fato é. Para tanto, remete-se diretamente ao documento.

REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO, 2016, p. 6, grifos nossos).

Os entrevistados apresentam ainda muita desconfiança em relação aos cursos EaD (93% com menos de 24 anos e 79% com mais de 24 anos não quer fazer curso a distância ou semi-presencial); poucos apontam, segundo o documento por ignorância sobre a modalidade, os cursos de graduação tecnológica como opções (3,4% dos entrevistados com menos de 24 anos e 6% daqueles com mais de 24 anos); e que um percentual significativo -?- pode adiar, em função da crise e suas consequências, a entrada na educação superior (37% com menos de 24 anos e 28% com mais de 24 anos ingressariam no ano seguinte).

O item sobre preço é curioso: segundo a pesquisa, a maioria dos entrevistados tem como critério de escolha os seguintes elementos nessa ordem: qualidade da IES, localização e, em seguida, preço. Segundo o documento, preços muito baratos despertam desconfiança sobre a qualidade do ensino.

Considerações finais: as estratégias de enfrentamento da crise: o aprofundamento da privatização, mercantilização e empresariamento das IES

Chama a atenção que o tipo de pesquisa realizado e as saídas apresentadas sejam moldadas pela lógica do mercado (pesquisa de mercado e estratégias de ganho/manutenção de alunos). A primeira estratégia é denominada, no documento, de Crédito educativo próprio. Este “[...] consiste na possibilidade de o aluno pagar uma parte da mensalidade durante o curso e o complemento após a sua formatura, com base no valor da mensalidade vigente, porém sem cobrança de juros [...]” (FÓRUM DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO, 2016, p. 9-10). O problema é como viabilizar esta lógica para as instituições, especialmente no que tange à cobrança de juros.

Algumas empresas educacionais já mostram o caminho. A Estácio oferece o PAR Estácio, o novo Parcelamento Estácio, que consiste no parcelamento de 70% das mensalidades e pagamento sem juros no dobro do tempo. As condições:

A concessão do financiamento universitário está sujeita a análises especializadas. Os valores e condições do financiamento serão definidos de acordo com o valor, duração do curso, quantidade de mensalidades financiadas, prazo de carência, e outros fatores. Durante o curso o aluno pagará até R\$ 150,00 por trimestre, (referente aos juros do financiamento) e a parcela da mensalidade que não foi financiada. Nos 18 meses de carência (após a conclusão do curso) o aluno pagará até R\$ 150,00 por trimestre (referente aos

juros do financiamento). Após o período de carência, o aluno inicia o pagamento das mensalidades financiadas em até três vezes o período financiado do curso. Válido para os cursos da Graduação e Graduação Tecnológica Presencial, conforme conceito do MEC (ESTÁCIO, 2017).

Cabe ainda ressaltar que o parcelamento é apresentado como juros zero. Entretanto, na apresentação das demonstrações financeiras do 4º trimestre de 2016, o planejamento apresentado mostra que o financiamento de 70% está previsto apenas pelo primeiro ano, caindo com o tempo. Valem aqui duas hipóteses, não excludentes: ou a restrição tem como razão apresentar aos acionistas um cenário mais favorável ou trata-se da “esperança” de que o FIES volte a crescer. Já nas próprias demonstrações financeiras de 2016, o parcelamento “[...] permite ao aluno pagar metade do valor total do curso enquanto estiver estudando e a outra metade após a formatura. O parcelamento se dá de maneira progressiva, iniciando com o pagamento de 30% do valor das mensalidades nos dois primeiros semestres; 40% no terceiro semestre, 50% no quarto e 60% a partir do quinto período. Aqui se define um dos pilares do que está aqui se denominando bancarização da educação superior: não se trata apenas da parceria com instituições financeiras. É mais: é a própria empresa de caráter financeiro funcionando como banco que oferece financiamento às mensalidades que ela mesma deve receber.

A segunda estratégia diz respeito à noção de qualidade. Como os entrevistados se referem à qualidade como critério de escolha, mas não saberiam definir exatamente qualidade, o Fórum encaminha como sugestão campanhas de esclarecimento sobre a noção de qualidade. Alguma dúvida de que se definirá qualidade, neste caso, de acordo com os interesses deste setor? Que desta definição passarão ao largo, por exemplo, a obrigatoriedade ou mesmo necessidade da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão?

A terceira iniciativa remete ao modelo de oferta EaD, que deveria se adequar e ganhar a confiabilidade dos estudantes. Segundo o documento, apenas pela ampliação da competitividade entre cursos diversos poderá produzir cursos de qualidade desejados. A quarta estratégia remete à negatividade da guerra de preços (rebaixamento dos preços para a competição entre cursos e IES). Segundo o documento, este mecanismo termina por levar à desconfiança em relação aos cursos e IES. Não seria uma estratégia adequada. Sabe-se, entretanto, que as empresas educacionais, diante da crise, optaram por uma estratégia de revalorização das mensalidades. Assim, preferiram captar menos alunos e manter os pagantes mais seguros do que investir na captação de alunos pelo preço e que não garante, no cenário econômico atual, em pagamento efetivo.

A quinta estratégia remete à valorização dos cursos técnicos. Afirma o documento:

A imagem dos cursos técnicos é positiva, além de serem considerados como uma forma de ingressar no ensino superior. O Pronatec, além de formar técnicos, tinha a vantagem de trazer o aluno para o ambiente universitário e, conseqüentemente, aumentava a probabilidade de ele continuar ingressando em curso superior. Com o fim do Pronatec, as instituições de ensino superior, mesmo mantendo a autonomia para criar cursos técnicos pós-médio, deixaram de ofertar essa modalidade. Como os efeitos dos cursos técnicos são positivos na visão dos alunos, **uma estratégia interessante é oferecer, ainda que gratuitamente, turmas de cursos técnicos nos horários de ociosidade em áreas correlatas em que a instituição tenha cursos de graduação.** Isso pode atrair bons alunos do ensino médio e fidelizá-los para ingressarem em alguma graduação oferecida pela instituição (FÓRUM DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO, 2016, p. 11).

Além da óbvia linguagem mercadológica, chama a atenção a noção de efeito cadeia tentado pelas IES, ou seja, não se trata de uma valorização do ensino técnico, mas de seu funcionamento como chamariz para cursos tradicionais, reforçando o bacharelismo. Pode-se depreender que tal estratégia já está em curso. Em nota oficial, o Fórum saúda o CNE por ter aprovado a criação de cursos superiores de tecnologia em serviços jurídicos (FÓRUM DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO, 2017).

A estratégia seguinte também remete a este processo de bancarização das IES: a oferta de seguros educacionais, ou seja, a oferta de segurança de pagamento de mensalidades em caso de perda do emprego ou morte acidental. A Estácio já implementou um seguro de seis meses para alunos (ou responsável financeiro) dos cursos da Graduação tradicional e tecnológica, das modalidades Presencial, Flex, e a Distância. Esta é seguida pelo que denominam de subsídios ao financiamento privado. Trata-se de uma manipulação de parcelamento, desconto e juros de modo que o custo mensal “caiba” no bolso do aluno, mas seu custo resulte no mesmo sem desconto. Trata-se de clara operação de caráter bancário.

A última estratégia remete à graduação tecnológica e sua valorização no sentido de aproveitar sua curta duração para diminuir a possibilidade de inadimplência e garantir um nicho de atuação das IES e captação de alunos por uma reformulação mercadológica da oferta, incluindo a valorização desses cursos e uma “pedagogia” a respeito destes.

Quando se concentra nas estratégias de financiamento, percebe-se que estas remetem a um novo papel assumido pelas empresas educacionais diante da crise do

capitalismo brasileiro e do modo como reverbera para o setor privado⁵: operando como entidade bancária/financeira, oferece ele mesmo a alavancagem de suas operações, oferecendo financiamentos, seguros e subsídios para o aluno, enredando-o em uma rede de endividamento privado e garantindo, assim, algum fluxo de entrada de alunos em situação de crise. É, nem parece banco...

Referências

ESTÁCIO. **Par – Parcelamento Estácio**. Disponível em:
<<http://portal.estacio.br/parcelamento>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

FÓRUM DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO. **As aspirações da classe “c” em relação ao ensino superior**. Data Popular, 2016. Disponível em:
<http://www.forumensinosuperior.org.br/cms/images/downloads/aspiracoes_classe_c.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

MASCARO, A. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002.

RODRIGUES, J. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2008.

⁵ Que não se tenha dívidas de que, por outro lado, o setor está mais do que organizado para disputar o direcionamento do fundo público destinado ao financiamento da educação superior